

Crise provocada pela votação da reforma tributária expôs cisão existente na legenda pela nova posição do partido após boom bolsonarista. Mineiros mostram divergência

PL racha também em Minas

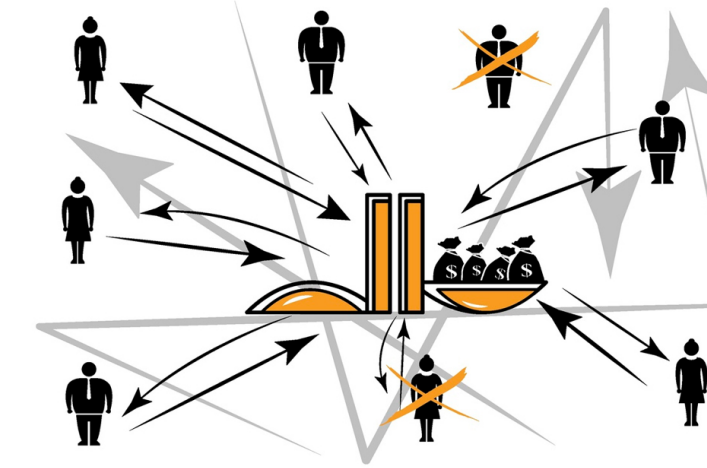
BERNARDO ESTILAC

A votação da reforma tributária na Câmara dos Deputados colocou uma lupa sobre uma cisão pré- anunciada no partido de maior representação na Casa. Com 99 parlamentares, o Partido Liberal (PL), tradicional legenda do 'Centro', experimentou uma explosão no número de votadores ao trazer para seu quadro o ex- presidente Jair Bolsonaro e com ele alguns de seus representantes mais históricos. Quando a pauta econômica chegou ao plenário com mais força e após o derrame de milhões de reais em emendas parlamentares pelo governo federal, a divisão do partido entre os bolsonaristas apaixonados e nomes mais moderados ficou clara. Na bancada mineira não foi diferente e conta com um elemento a mais, a aproximação crescente do governador Romeu Zema (Novo) do 22 nas urnas.

Os parlamentares a aprovaram a reforma em dois turnos com larga margem no que foi considerada uma das mais importantes vitórias da gestão de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e seu ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT) no Legislativo. No segundo turno, o projeto teve aval de 375 parlamentares contra 113 contrários. Dos que votaram a favor, 20 eram do PL. Embora o número seja minoria na bancada de 99 nomes do partido, a adesão surpreendeu por ir contra a orientação da legenda e do ex- presidente Bolsonaro e foi motivo de brigas internas.

Nos dias que sucederam a votação, o noticiário passou a divulgar uma briga no grupo do WhatsApp do PL, protagonizada pela ala bolsonarista e pelos parlamentares mais moderados. Trechos vazados da discussão mostram que a celebração chegou à bancada mineira. 'O Círculo', por exemplo, enviou uma mensagem indignada do deputado Junio Amaral (PL-MG) sobre a adesão de colegas à pauta considerada governista: 'Essas tentativas de justificar o voto aqui no grupo da bancada fica parecendo que nós, bolsonaristas, somos otários para acreditar que se trata de um posicionamento verdadeiro a favor do texto, me ajuda aí. Como se ninguém soubesse como funciona'.

O parlamentar está entre os oito mineiros do PL que votaram contra a reforma; só três votaram a favor. Em entrevista ao Estado de Minas, Amaral disse que não há reuniões prévias entre a bancada do PL mineiro para definir votos e que cada parlamentar toma suas decisões livremente. O deputado justificou a mensagem no grupo e levantou hipóteses sobre a responsabilidade do vazamento da conversa.



O deputado Junio Amaral (PL-MG) votou contra a proposta do governo e critica os colegas que se posicionaram a favor da mudança nos impostos



O deputado Samuel Viana (PL-MG) votou a favor do PEC dos impostos e defende posição em favor de toda a sociedade

'Minha fala no grupo foi em um ambiente interno e, provavelmente, vazada por alguém dessa ala fisiológica. Eu me posicionei em repúdio aos parlamentares que tentam fazer a gente de bobo e acham que nós somos ingênuos de acreditar que eles têm um posicionamento próprio a favor daquele texto ou de outros que já votaram junto com o governo. Isso é uma farsa. Não vou atacá-los por isso, mas os motivos não são as próprias convicções. É meu posicionamento, não faço ataques pessoais a nenhum deles, mas tenho total liberdade para criticar esse posicionamento assim como eles podem criticar o meu', afirmou.

A crítica ao que considerou um comportamento fisiológico dos colegas acontece em meio à liberação de emendas parlamentares pelo governo federal. O Executivo tem adotado uma postura de liberar valores ao Legislativo de forma porcionada às vésperas de votações importantes e, antes da reforma tributária, bateu um recorde ao destinar R\$ 5,4 bilhões reservados do orçamento para os deputados. PP e PL foram as legendas mais beneficiadas.

Lincoln Portela, 1º vice- presidente da executiva estadual do PL e outro dos que votaram contra a reforma tributária. À reportagem, o deputado se disse desconfortável com a ra-

pidéz com que a pauta tramitou na Câmara até a votação, considera que o país está vivendo uma transição para uma agenda comunista, mas contemporiza sobre a postura de seus colegas de bancada mineira que decidiram votar a favor da PEC.

'Há uma discussão aberta no partido da ala bolsonarista e da que foi eleta por causa do bolsonarismo, mas que não está agora votando de acordo com as orientações do ex- presidente. É um direito de cada um ser um livre pensador, eu fui eleito e tenho um mandato, sou livre para votar como quiser. O que não quer dizer que eu concorde com a manei-

ra como eles votaram. Eu não concordo com a maneira como a reforma tributária foi colocada. Estão há 50 anos trabalhando a reforma tributária e, em uma semana, você começa a os deputados para votar, até tarde, sem se aprofundar nos prós e contras, nas miméticas da matéria e nas mudanças no texto. As entrelimas é que são complicadas', afirmou.

A FAVOR Samuel Viana foi um dos deputados do PL mineiro que votaram a favor da reforma junto de Rosângela Reis e Zé Vitor. O parlamentar já adotou um tom mais moderado desde o período eleitoral e se afastou da possível imagem de bolsonarista que a filiação ao

PL poderia lhe conferir. Ele destaca que representantes bolsonaristas da legenda em Minas não costumam se sobressair nas discussões na Câmara. 'Quando vamos reunir a bancada mineira como um todo, tenho notado que essa parte ideológica não tem tanto peso. Normalmente, os parlamentares ligados à ala mais extrema não participam dessas discussões ligadas a grandes obras de minas, rodovias e tal. Porque a agenda deles está ligada a pautas de costumes', disse.

Viana destacou a reportagem que o PL tem voto fechado em pautas relacionadas a costumes como a liberação de drogas e ampliação da legalização do aborto, mas acolhe divergências em temas econômicos. Ele criticou colegas de partido que se recusam a dialogar e analisar as propostas do governo pelo fato único do partido se colocar como oposição ao Planalto. 'Essa oposição por oposição é, no meu entendimento, radical. Isso não comunica com meus eleitores e é uma posição da qual eu tenho me afastado. Mas o problema é que essa ala busca uma unidade do partido para mostrar força e, quando nós saímos dessa pauta de costumes e entramos em pauta de políticas públicas, votando contra o que eles querem eles fazem esse cambalinho político. Vão à internet nos chamar de traidores, de melancias e afins', comentou.

Um partido em transformação

O bolsonarismo transformou a cara de um partido político pela segunda eleição consecutiva em 2022. O PSL, legenda que abrigou Bolsonaro em 2018, viu sua bancada na Câmara subir de 1 para 54 deputados na esteira dos candidatos que abraçaram a pauta do ex- presidente. No pleito seguinte, o PL sob a égide do então presidente, saiu de 33 para 99 parlamentares, se tornando a maior bancada da casa. O crescimento vertiginoso cobra o preço de modificar as características do partido e seus quadros mais tradicionais. É o que explica o professor de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Cristiano Rodrigues, que acredi-

ta que a ineligibilidade de Bolsonaro deve ter o efeito de levar a legenda novamente ao Centro. 'O PL é tradicionalmente um partido dos mais fisiológicos. Ele já esteve com o PL em outros momentos, especialmente quando o Lula foi eleito pela primeira vez e o vice era do PL (José Alencar). Então é um partido que tende a ter em seu quadro parlamentares de caráter mais fisiológico. Aqueles parlamentares mais fisiológicos ou de centro-direita vão tender a votar mais favoravelmente ao governo quando o tema for de interesse deles e aqueles mais bolsonaristas vão tentar se manter fiéis ao Bolsonaro. Mas com a ineligibilidade do Bolsonaro e essa perda de influência

dentro do partido, acho que a tendência é que, em um segundo momento, o partido acabe entrando como um todo no governo', analisa. A perspectiva de que o bolsonarismo pode perder força dentro do PL não é uma unanimidade entre os cientistas políticos. Para Adriano Cargueira, professor da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) e do Ibmec, a filiação de Bolsonaro significa uma caracterização inequívoca para uma legenda historicamente fisiológica. 'O PL foi um partido que engrandeceu com Bolsonaro, saindo da condição de um partido mediano com conotações do tipo 'Centro' e virou um partido com a maior bancada na Câmara dos

Deputados', observa Adriano. Para o cientista político a cisão do partido na votação da reforma tributária não foi uma divisão ao meio. 'Sobre o tamanho da bancada, Cristiano Rodrigues acredita que o partido seguirá numeroso nas próximas eleições em virtude das regras de financiamento de campanha em vigor. O professor da UFMG, no entanto, reitera que o posicionamento ideológico dos membros da legenda tende mesmo a um retorno ao centro.

OPINION O apoio público de Romeu Zema à reforma tributária é citado por parlamentares do PL mineiro como uma das justificativas para o voto fa-

vorável à pauta. Samuel Viana comprou a reação dentro do partido à postura dos governadores mineiro e paulista e destacou que há um movimento forte pela aproximação dos membros da legenda em Minas como o governo estadual. 'Eu critiquei muito as vaías e as próprias críticas que fizeram ao Farciso (de Freitas, governador de São Paulo) quando ele quis ponderar e dizer que era preciso participar da reforma e discutir mudança. Acho que isso apequenou muito a oposição. Sobre o apoio do Zema à reforma, ninguém do PL fez críticas ao governador e ficou muito em um posicionamento individual. A bancada do PL na Câmara busca muito uma aproxima-

ção com o governo do Zema', comentou. Para o professor da UFMG, Cristiano Rodrigues, a relação com Zema faz parte de uma estratégia diversificada do PL para se manter relevante em frentes estaduais e no cenário federal. 'Embora normalmente a gente possa pensar que o que ocorre ali no Congresso Nacional se repita em algumas assembleias estaduais, eu não acho que essa análise de aproximação do Zema com o PL em Minas Gerais ou a tentativa de manter o núcleo mais bolsonarista em Minas Gerais vá ter grandes efeitos no cenário nacional. Não vejo que isso vá gerar cisões no Legislativo', avalia Rodrigues. (R8)

